

Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social*

Luís Capucha**

Resumo: O Bairro Nascente do Cabo de Vialonga é um "contentor institucional de pobreza" da periferia de Lisboa, onde habitam cerca de 240 famílias de características étnicas, culturais e sociais muito diversificadas. Os modos de vida dessas famílias podem ser agrupados em quatro tipos ("restrição", "poupança", "prazer imediato" e "investimento na mobilidade"), e estão a ser transformados pela actividade associativa, a qual cria uma "zona de confluência" onde se cruzam e interpenetram as relações de força entre os agentes locais, as ligações entre estes e as organizações de poder político e as formas de promoção da representatividade dos moradores junto dos organismos estatais.

1. O projecto de luta contra a pobreza no bairro nascente do Cabo de Vialonga

Integrado no II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (II PELCP) o projecto de investigação-acção do Bairro Nascente do Cabo de Vialonga incide num bairro de habitação social da periferia de Lisboa. Tal como a esmagadora maioria dos bairros de habitação social, trata-se, neste caso, de um "contentor institucional de pobreza",¹ isto é, de um local onde foram "armazenadas" famílias pobres por acção das entidades públicas responsáveis pelo sector da habitação, sem que nada, para além do local de residência, tenha mudado nas suas vidas, reforçando-se pela concentração, em meio desconhecido e destituído das antigas redes de solidariedade vicinal, os factores geradores de empobrecimento.

A população do Bairro Nascente do Cabo de Vialonga é constituída por cerca de 240 agregados familiares, num total de 1300 pessoas. Trata-se de uma população relativamente jovem, cuja principal característica é a diversidade de

* O presente artigo corresponde à versão escrita de uma comunicação apresentada em nome da equipa do *Projecto Nascente do Cabo de Vialonga*, promovido pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, às *1^{as} Jornadas Europeias sobre Desenvolvimento, Associativismo e Participação*, realizadas em Évora de 5 a 7 de Junho de 1989, com o patrocínio do *II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza*.

** Docente do ISCTE, investigador no CIES

origem geográfico-cultural: 75% são retornados negros de Angola e Moçambique, a que se juntaram imigrantes cabo-verdianos, ciganos e famílias portuguesas que habitavam bairros de lata. Com um peso forte de analfabetos e níveis de escolaridade muito baixos (a excepção são os filhos de algumas famílias retornadas), entre os moradores em idade activa predominam os operários, os trabalhadores administrativos da função pública e os comerciantes (comércio ambulante). As qualificações profissionais são, geralmente, muito baixas, o desemprego é elevado e o trabalho precário e sazonal está fortemente representado.

No bairro Nascente do Cabo,² a pobreza apresenta quatro grandes características:³

- Insuficiência de recursos económicos das famílias cujo cabeça de casal (ou outros dos membros) está desempregado ou possui muito fraca qualificação profissional ou, ainda, não tem emprego ou fontes de recursos regulares. Esta situação agrava-se no caso das famílias muito numerosas;

- Insucesso escolar, abandono da escola, analfabetismo;

- Desintegração cultural, conflitualidade interna, marginalidade, identidade negativa e segregação no meio (reforçada pela dominação dos espaços comuns por grupos que tiram benefícios desta segregação e da degradação do bairro);

- Degradação urbanística, devido à má construção das casas, à má gestão dos prédios e à "má" utilização de algumas habitações; ausência de equipamentos e infra-estruturas colectivos.

O projecto⁴ visa combater estas situações, assentando numa lógica estratégica cujo vector principal consiste na ideia de que combater a pobreza é, antes do mais, promover o desenvolvimento. Este não se confina a um bairro, ou sequer a uma freguesia, pelo que parece existir uma contradição entre os objectivos e o poder de alcance de um projecto desta natureza. Na verdade, o que se pretende é contribuir, no espaço limitado de uma comunidade de um bairro, para a criação de factores individuais e colectivos que transformem a população em agente de desenvolvimento. A pobreza, só por si, não gera senão pobreza e dependência. Assim, um primeiro passo consiste em criar condições para o exercício de uma crescente autonomia na procura de soluções para os problemas, incluindo nestes a escolha ao nível dos modos e estratégias de vida (contra as práticas e as estratégias da dependência). Por essa razão, a tática utilizada em cada acção implica sempre uma metodologia de negociação com as populações, em termos de contrapartidas exigidas para a disponibilização de recursos.

Esta negociação implica e promove a participação da população (ou dos seus grupos organizados) quer na discussão dos objectivos, quer nas formas de implementação das acções, quer, ainda, na avaliação dos resultados. Trata-se de gerir as identidades respeitando-as, bem como os diversos interesses, ao mesmo tempo que se procura transformar alguns dos valores e alguns dos esquemas de reprodução num sentido que, por consensos sucessivos e pela

demonstração de efeitos alternativos, leve à valorização das potencialidades que melhor permitam a saída das situações de pobreza. Este respeito pelas identidades, que estão em transformação, na negociação dos recursos e apoios, conduz a sucessivas recomposições das relações de força entre os diversos grupos, ao combate às formas de segregação internas, a fazer passar os conflitos para níveis formais de expressão (a resolver nas organizações formais) e à promoção do associativismo, isto é, à criação de novas formas de integração cultural e social, de responsabilização no cumprimento de deveres e reivindicação de direitos (por vezes, apenas se trata de aprender a cumprir os direitos), de autonomia e integração no meio (passagem das identidades negativas à acitação positiva da diferença).

2. Associativismo e poder

Esta rápida e muito resumida apresentação do projecto de luta contra a pobreza no Bairro Nascente do Cabo de Vialonga visou situar a discussão de um tema recorrente na tradição dos projectos de intervenção comunitária: o associativismo. Este tem sido concebido como uma forma de organizar populações, de as levar a rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir autonomamente dos seus destinos e, ainda, de as levar a assumir-se e a fazer-se representar junto dos poderes estatais. Este último objectivo prenderá particularmente a nossa atenção. Trata-se de discutir as relações entre o associativismo e o poder.

2.1. Acerca de alguns equívocos sobre de quem é o poder

Toda a acção social implica a capacidade de mobilizar e utilizar recursos, isto é, implica a existência de atributos, posses ou circunstâncias, materiais e simbólicos, utilizáveis para atingir fins.⁵ Os fins a atingir e os meios, legítimos e ilegítimos (quer dizer legitimados ou não) que podem e devem ser definidos e mobilizados, obedecem a regras socialmente institucionalizadas. A capacidade de mobilizar recursos e instituir regras constitui o poder. Neste sentido, o poder é inerente a toda a interacção social, é atributo de todo o agente, é o centro da própria noção de acção.⁶ Numa palavra não existem agentes sociais sem poder. Partindo deste princípio, não se pode, em rigor, opor como muitas vezes se tem feito em projectos que visam o desenvolvimento associativo, aqueles que detêm o poder, isolável enquanto dimensão do real, que controlariam ou fariam parte das "instituições de poder", e os outros, que, não fazendo parte dessas instituições (embora com elas possam cooperar, estar em conflito, submeter-se, negociar, etc.), haveriam que organizarem-se em associações (para poderem passar a ter algum poder).

Mas a distribuição de poder é desigual entre os diversos agentes ou diversas classes de agentes. Os recursos (uma vez mais materiais e simbólicos) disponíveis e a capacidade de instituir e transformar regras (incluindo as regras de produção e distribuição dos recursos), dependem da posição na rede social,⁷ ou da posição na estrutura, resultante do capital acumulado em lutas anteriores.⁸

Uma instituição social não é mais do que a reprodução, no tempo e no espaço, de práticas mais ou menos análogas.⁹ A processualidade quotidiana dessas práticas, a relação (e expansão) com contextos mais vastos e a perduração no tempo podem produzir estruturas mais ou menos fixas de "armazenagem" e regionalização que são as organizações. Assim acontece com as relações de poder. As chamadas "instituições do poder" não são mais do que as práticas de dominação transformadas em organizações.

Uma das dimensões da criação da modernidade consiste, exactamente, na transformação dos Estados tradicionais nos modernos Estados - Nação, possuindo o monopólio do exercício legítimo da violência e integrando administrativamente um território, isto é, em verdadeiros e gigantescos contentores, organizados, de poder. A institucionalização do Estado - Nação está na base, pois, do crescimento (quer em tamanho, quer em refinamento funcional quer, ainda, em centralidade nos sistemas sociais) das organizações de exercício do poder político, militar, social e cultural.

Esta centralidade e este peso do Estado está na origem da crença de que é ele quem detém todo o poder, excluindo os cidadãos. De facto, ele não é mais do que a expressão cristalizada (e por isso progressivamente autónoma e aparentemente exterior) de uma relação que sendo estabelecida entre parceiros com diferentes potenciais, não deixa de ser mútua. As organizações estatais, ou o sistema de relação a que chamamos Estado, não é mais do que um local onde se realizam diversos consensos e se expressam diversos equilíbrios entre os diversos agentes e grupos de agentes de uma nação e onde se reproduzem as diferenças de poder entre eles. A diferente capacidade de se fazer representar adstrita a cada grupo ou classe social, aliada à capacidade da organização para estabelecer os interesses que nela são dominantes, e bem assim os seus interesses enquanto burocracia, como os interesses de toda a colectividade, criam a imagem de que nela se concentram todos os poderes.

2.2. A pobreza e as organizações de poder político

O conjunto de considerações feitas acima, sem nenhuma pretensão de exaustividade, permite-nos colocar de imediato uma questão que aliás, não constitui novidade: os grupos mais deficitários em recursos (isto é, com menos poder), são aqueles que menos se fazem representar nas organizações do poder político, cultural, administrativo e de exercício da violência legitimada.

Exactamente uma das facetas da pobreza, como tem sido salientado em diversas ocasiões, é designada pelo conceito de "exclusão". No que se refere às

relações com as organizações do Estado, recobre um conjunto de situações que vão da fraca representatividade dos grupos pobres nas instâncias de tomada de decisões políticas, passam pela debilidade das políticas concorrentes para o rompimento com a pobreza (desde logo, a não existência de um "discurso oficial" sobre ela, mas apenas sobre alguns dos seus factores, como o desemprego e o insucesso escolar), explicam porque algumas das culturas da pobreza, incluindo o papel que atribuem à força física e ao uso da violência física nas relações pessoais, têm resistido indomesticadas, e têm o ponto culminante no facto de os mais excluídos, mesmo entre os pobres, muitas vezes nem aos mecanismos existentes de protecção social a que têm direito, saberem ter acesso.

Neste contexto, promover a participação é criar os meios de promoção da representação dos pobres nas esferas de decisão política. Ora, o primeiro passo para o conseguir parece ser o da instituição oficial dos seus interesses. Um problema social apenas existe a partir do momento em que os que o sintam se organizam e criam as definições de si próprios e do problema. Este processo envolve a escolha de líderes, a criação de representantes, de "definidores oficiais da situação", de "porta-palavra". Os interesses apenas aparecem enquanto tal a partir do momento em que são explicitados, isto é, desde que alguém os explicita.¹⁰

2.3. A criação de novos actores

O associativismo popular constitui a via de organização que permite transformar os excluídos em grupo de pressão capaz de expressar os seus interesses, de se fazer representar e de negociar com as organizações do poder. Quer dizer, é meio de emancipação.

Dois exemplos ilustrarão esta afirmação. O primeiro reporta-se à criação, no Bairro Nascente do Cabo de Vialonga, de uma associação de jovens. Embora, como foi dito, grande parte da população do bairro fosse jovem, embora fosse essa a categoria mais atingida pelo desemprego, embora existisse delinquência juvenil, não existia, efectivamente, juventude enquanto grupo, até que a Associação de Jovens se fundou, alargou o número de associados, elaborou um discurso sobre o bairro e os seus problemas, começou a realizar festas, bailes, passeios (com participação de membros de todas as etnias), criou uma biblioteca, uma sala de estudo, uma bolsa de emprego, lançou um boletim, movimentou várias equipas de várias modalidades desportivas e, por essa actividade, passou a representar e a fazer ouvir as aspirações dos jovens do bairro junto dos ministérios e departamentos responsáveis pelos programas dirigidos à juventude, da Câmara e da Junta de Freguesia, do Centro Nacional de Emprego, etc., deles obtendo recursos e apoios.

O segundo exemplo reporta-se à criação de uma rede de delegados de prédio no bairro. Um dos problemas mais sentidos pela população era o da degradação das habitações: as casas foram mal acabadas, algumas mal utiliza-

das, e em resultado existem problemas generalizados de infiltrações de águas pluviais, mau funcionamento de esgotos, de instalações eléctricas, da luz das escadas, das campainhas, etc.. Tendo-se conseguido que, em cada prédio, se elegeisse um delegado - actualmente alguns adquiriram o estatuto legal de administradores - e que estes se agregassem a nível do bairro, foi possível realizar reuniões com as entidades proprietárias e gestoras do bairro, para que as reclamações individuais até aí apresentadas, sem eficácia, passassem a ser colectivas. Com a colaboração financeira do projecto, das entidades referidas e dos próprios moradores (que pagam a sua parte, o que era absolutamente inusual, noutras experiências anteriormente tentadas), puderam ser iniciadas, então, obras de recuperação e reparação dos prédios.

Efectivamente, a promoção da representatividade dos interesses dos grupos pobres nas políticas e nas práticas das organizações do Estado passa, quase sempre, pela capacidade que aqueles revelam de se associar, organizar e eleger os seus "definidores da situação".

A "aproximação ao poder" pensamos ser a razão pela qual, para presidir às associações populares são, geralmente, eleitos os associados de mais escolaridade, maiores rendimentos e de posição social mais elevada, isto é, aqueles que são tidos como encontrando-se mais perto - logo, seriam melhores intermediários - das classes dominantes (social e politicamente).

Conforme assinala José Manuel Leite Viegas a respeito da posição de Tocqueville sobre o associativismo, "as associações voluntárias permitiriam, assim, que o cidadão se interessasse pela gestão da comunidade, pelo destino comum a toda uma nação. Simultaneamente, elas eram uma via de participação social, de resistência ao poder de Estado e de criação de uma consciência colectiva".¹¹ Esta afirmação pode aqui ser retomada, com a ressalva que não nos encontramos perante cidadãos iguais, atingidos pela e sujeitos à tirania do Estado, mas de pessoas que, em certa medida, procuram ainda adquirir os seus direitos de cidadania. Nos nossos dias, o associativismo pode, efectivamente, ser o meio privilegiado de aquisição plena desses direitos, e de promoção social dos pobres, melhorando-lhes as condições de vida e contribuindo para a sua integração social.

2.4. O associativismo como jogo de poder

Existe uma segunda relação entre o associativismo e o poder a considerar: a própria constituição e o funcionamento de uma associação são processos de sedimentação de relações de poder, entre os próprios associados (efectivos e potenciais). Se isso é verdade para todas as situações, é particularmente notório no caso que temos vindo a referir. De facto, estamos longe de encontrar aqui qualquer identidade cultural "socio-ecológica".¹² Bem pelo contrário, o problema é a existência, num espaço muito limitado, de uma grande diversidade de identidades, por vezes conflitantes. Quer dizer, o contexto em que o associativismo se promove é constituído por grupos com interesses frequentemente

divergentes e conflituais. Assim, nem todos os grupos têm propensão para o associativismo, alguns tentarão, inclusivamente, obstacularizar a constituição de qualquer associação - não porque não estejam suficientemente "educados" ou "preparados", justificação comum a certas mentalidades assistenciais, mas porque têm interesses conscientes a defender, que passam pela manutenção das relações de dominação internas ao bairro a níveis informais, decididas em cada contacto "corpo-a-corpo". Outros, pelo contrário, serão líderes no processo, nele procurando a forma de estabelecer e impor as suas perspectivas e as suas estratégias de vida como regra.

Sendo o associativismo popular simultaneamente um objectivo e um indicador da transformação das condições de vida da população e, ainda, um instrumento dessa transformação, as posições assumidas face a ele atravessam todo o micro-sistema social do bairro. Em jogo estão, efectivamente, as regras de convivalidade interna, de ocupação dos espaços comuns e as imagens transmitidas para o exterior e por este devolvidas, aspectos decisivos para a reprodução de cada grupo e dos seus modos de vida.

Pode agrupar-se a população do bairro em quatro grandes tipos segundo os seus modos de vida:

O primeiro, que designamos por "restrição", encontra-se basicamente entre as famílias de operários mais desqualificados, muitas vezes sem emprego regular e de baixa escolaridade. O seu consumo restringe-se aos bens indispensáveis para sobreviver: constituem o grupo mais "coerentemente pobre" do bairro e as suas condições de vida podem ser frequentemente classificadas de miseráveis, marcadas por carências a todos os níveis (culturais, económicos e sociais). A sua estratégia de vida é a da sobrevivência quotidiana, o presente é pobre e o futuro sem perspectivas. Frequentam os espaços comuns do bairro (como o "centro de convívio"), mas são incapazes de os aproveitar em seu benefício. Constituem uma fonte de problemas na gestão dos prédios que habitam (falta de higiene, não pagamento das rendas e do condomínio, etc.). São, nalguns casos, pessoas que no seu percurso social sofreram choques de que nunca recuperaram afectiva e psicologicamente.

O segundo, que designamos por "poupança", caracteriza o comportamento dos imigrantes estrangeiros, que não são muito numerosos no bairro (e alguns, aliás, vivem mais na "restrição" que na poupança). As suas profissões são desqualificadas, predominando os operários de construção civil ou de limpeza. Contudo, a regularidade dos rendimentos é superior à do tipo anterior. Consomem os produtos mais baratos para sobreviver, excepto nos momentos de reunião familiar ou noutras ocasiões festivas, em que produzem consumos ostentatórios. A maneira como concebem a sua posição social é ambígua, já que se consideram como pobres na sociedade portuguesa, mas ricos relativamente às sociedades de origem. A sua estratégia de vida assenta na acumulação de poupanças que alimenta uma esperança, muitas vezes ténue, de regresso. Contudo, no futuro imediato, não desejam regressar. O seu tempo é vivido em função do futuro, no qual investem em detrimento do bem-estar presente.

Mantêm uma forte relação com a sua identidade cultural de origem, pelo que, no bairro, se fecham dentro do grupo (o bairro, aliás, não é a fronteira decisiva para orientar os relacionamentos). São segregados no interior do bairro e alvo de discriminação racista por parte de outros moradores.

Um terceiro tipo caracteriza as famílias de rendimento incerto e não muito abundante, ou as que obtêm rendimentos de actividades marginais ou subterráneas (incluem-se neste tipo os ciganos e certos migrantes do campo para a cidade mal sucedidos no processo de integração urbana, que, antes de chegarem ao bairro, passaram por um bairro de barracas). Os seus consumos são basicamente constituídos por comida e bebida excessivas, pela ostentação - cada vez que há dinheiro -, por alguns objectos da tecnologia de ponta (TV a cores, vídeo, Hi-Fi, etc.) e, enfim, por tudo o que proporciona prazer. Por isso designamos este tipo de modo de vida por "prazer imediato". Toda a sua vida é vivida em função do prazer que possam obter no presente, com os recursos a que possam lançar mão, independentemente de qualquer cálculo de futuro (mesmo a curto prazo). O consumo dos objectos da tecnologia de ponta, ou o uso de roupas da moda, indicam uma clara intenção de "estar em dia com a sociedade" ou com a imagem que dela recebem pelos "mass-média". É neste tipo que se encontram os comportamentos mais marcadamente característicos da imagem mais difundida das culturas populares ou das contra-culturas, sendo grande a sua criatividade artística. A estratégia de vida assenta na produção de prazer convivial, no expediente e na procura da dependência da assistência, para o que desenvolvem complicados estratagemas de manipulação da sua imagem. Dominaram muito tempo os espaços colectivos do bairro (que foram instrumentos da criação da sua clientela e refúgio para algumas das suas actividades) e promovem, por vezes ostensivamente, uma imagem negativa dele no meio envolvente, defendendo assim aquilo que pretendem que seja território fechado a controlos sociais que não dominem.

Por último, encontramos o "investimento na mobilidade", característico das famílias de empregados e operários de maior escolaridade, qualificação profissional e rendimento fixo. Privilegiam os bens destinados à recomposição da força de trabalho (procuram algum conforto) e os destinados à escolarização dos filhos. Sendo na sua maioria (embora não exclusivamente) retornadas, estas famílias revelam uma grande "boa vontade" relativamente aos padrões culturais e sociais predominantes no meio, procurando a integração neste. A sua estratégia de vida, na qual o presente, não sendo descurado, é vivido em função do futuro (as esperanças de mobilidade ascendentes são, aliás, muitas vezes diferidas para a segunda geração), assenta na acumulação de capital escolar e social. No bairro, relacionam-se preferencialmente com os familiares ou certos vizinhos - por vezes velhos amigos das ex-colónias - e só recentemente saíram do lar para ocupar alguns dos espaços colectivos (nomeadamente o Centro de Convívio da Comissão de Moradores).

A figura 1 (ver página 37) pretende organizar as características dos quatro tipos de modos de vida.

Modos de Vida	Restrição	Poupança	Prazer Imediato	Investimento na mobilidade
Grupos característicos do modelo	Operários sem qualificação e de baixa escolaridade	Imigrantes estrangeiros	Marginais; Famílias de rendimentos incertos (ciganos) e migrantes campo-cidade mal sucedidos	Operários e empregados de maior escolaridade e rendimento fixo
Bens de consumo privilegiados	Os indispensáveis para sobreviver	Os mais baratos para sobreviver; Consumo ostensivo ocasional	Objectos da tecnologia de ponta; Comida e bebida excessivos	Destinados à recomposição da força de trabalho e à escolarização dos filhos
Relação com a sociedade	Carência	Duas sociedades de referência	Tentativa de estar em dia; Produção de culturas populares/contra-culturas	Integração; Boa vontade
Estratégia de vida	Sobrevivência quotidiana	Acumular capital (económico); Desejo de regresso	Produção de prazer convivial; Expediente e dependência	Acumular capital (escolar e social); Investimento na segunda geração
Relação com o espaço no bairro	Frequentação dos espaços colectivos	Isolamento e fechamento intra grupo Alvo de racismo	Dominação dos espaços colectivos; Reforço da segregação e das imagens negativas	Fechamento no lar, no parentesco e no grupo de amigos
Relação com o tempo	Presente . _ Futuro . _	Presente . _ Futuro . +	Presente . + Futuro . -	Presente + /- Futuro +

Figura 1

Existem interpenetrações várias entre as famílias passíveis de classificar em cada um dos tipos e, também, estratégias de aliança e conflito mais ou menos organizadas: o tipo "investimento na mobilidade" é o único capaz de se solidarizar com as famílias mais carentes, nas situações de risco de sobrevivência, ou com os imigrantes, mas não tolera o gasto de "disperdício" ou a violência como modo de vida. Por isso se opõe, quase sempre, às famílias do tipo "prazer imediato". Estas, por sua vez, mantêm uma espécie de patrocínio sobre as famílias do tipo "restrição", as quais, fracamente conscientes da sua posição, são incapazes de traçar sozinhas uma estratégia de vida no bairro. Contudo, esse patrocínio, tal como a oposição ao tipo "investimento na mobilidade", é instável. As famílias do tipo "prazer imediato" desenvolvem, de facto, uma estratégia de alianças caracterizada, de um lado, por uma forte solidariedade entre os seus membros - embora existam clivagens importantes entre os ciganos e os "portugueses" - e uma grande flexibilidade táctica no relacionamento com as restantes famílias, pautando o comportamento pelo objectivo de rentabilizar as oportunidades de cada momento: a abertura pode rapidamente transformar-se em conflito aberto, no caso de serem levantados obstáculos ao aproveitamento da oportunidade.

As diferenças de modos de vida, de interesses e de afinidades traduzem-se em diferentes atitudes face a qualquer tentativa de desenvolvimento associativo. Uma actividade associativa continuada tem tido como suporte os membros mais jovens das famílias que investem na sua plena integração social. A Associação de jovens que se criou não se limitou à realização de actividades de animação e de apoio para jovens, mas conseguiu expandir a sua influência a todo o bairro e institui-se como núcleo de todas as realizações colectivas e de todos os processos de negociação com entidades externas. Foram capazes de levar a participar na resolução de problemas colectivos, primeiro os membros mais velhos das suas próprias famílias, depois as que designámos por "restrição" e "poupança" (embora estas continuem geralmente passivas, mesmo depois de arrastadas para a actividade). A sua movimentação impõe novos modelos de ocupação dos espaços colectivos e neutralizou os obstáculos à organização de actividades colectivas que costumavam ser levantados pelos grupos designados por "prazer imediato". Finalmente, também estes acabaram por participar, de forma positiva, nas actividades que apelavam à sua especialidade: festas, almoços e realizações culturais. Uma comunicação positiva começou a ser possível percorrer todo o tecido social do Nascente do Cabo.

Note-se que, neste bairro, as associações ainda não representam uma identidade colectiva longamente sedimentada. Daqui decorrem duas consequências: a primeira é que a constituição de associações resulta de uma alteração das relações de força entre os grupos, em função da introdução de um elemento detonador externo, neste caso o projecto, que colocou como condição para a cedência de qualquer apoio ou meio, a organização de tipo associativo por parte da população (por exemplo, para não perder os apoios às obras de reparação dos prédios, os moradores lançaram-se num processo

complicado e conflitual de substituição da antiga Comissão de Moradores, que se limitou a explorar, em benefício de uma família, o bar do Centro de Convívio, e se recusava a assumir responsabilidades na execução das obras). A segunda consequência é que o associativismo continua sendo um processo de gestão de identidades, isto é, de negociação da participação de cada grupo em cada actividade.

Em conclusão, a fundação de um movimento associativo produziu alterações muito significativas nas relações de força entre os diversos grupos de moradores do bairro, ao mesmo tempo que começou a instituir um conjunto de práticas e símbolos que se podem constituir em elementos de uma nova identidade colectiva, inter-grupal e inter-étnica (sejam esses símbolos as equipas desportivas, ou as "tradicionalistas" festas do bairro). Sem desprezar as identidades culturais, mas fazendo-as comunicar e por aí combatendo valores que ofereçam resistência à transformação dos quadros de vida e das vivências colectivas, simultaneamente aproveitando as potencialidades de cada uma dessas identidades, o associativismo permite criar novos arranjos nas relações de força e novas possibilidades de participação.

2.5. O associativismo como ponto de apoio do poder

A rede que une as associações locais às organizações de poder é recursiva e envolve relações de dois sentidos.¹³ De um lado, "a pequena tradição" da configuração local da estrutura de classes, das identidades culturais locais, das relações de dominação interna. Do outro, a "grande tradição" da estrutura das relações entre as classes na sociedade, a cultura da escola, as organizações estatais. Estas duas realidades interpenetram-se e jogam-se uma na outra. Nomeadamente, a grande tradição apoia-se e procura legitimar-se nas ligações às associações locais (por exemplo, o presidente da Associação de Jovens foi convidado a integrar as listas às eleições autárquicas de 1989 dos dois maiores partidos rivais da freguesia), ao passo que esses apoios são negociados pelos agentes locais como forma de obter recursos para as lutas internas e para o desenvolvimento da associação. Assim, é comum termos, de um lado, o partido que se apoia em, ou alicia, dirigentes associativos para fins cuja lógica ultrapassa o meio local, ou o organismo estatal que, nos seus programas, subsidia e apoia a associação constituindo-a em meio de prossecução dos seus objectivos. Do outro lado, podemos ter o dirigente associativo que, pela relação privilegiada com o dirigente político, se assume como dominante no seio da associação, ou o aproveitamento dos programas para os quais a associação é solicitada, no sentido de conseguir benefícios de ordem local, utilizáveis segundo a sua lógica própria, que pode não ser coincidente com a lógica mais vasta da organização promotora do programa (é disto exemplo a permanente pressão exercida pelos moradores do bairro acerca das formas de utilização dos fundos do projecto).

Numa palavra, à estratégia das grandes organizações podem as pequenas associações contrapor a tática de utilização dos recursos disponibilizados para

fazer valer interesses locais e particulares, segundo a lógica das relações particulares que caracterizam o tecido local.¹⁴

3. O associativismo como "zona de confluência"

Parece-nos, face ao que foi dito, que as relações entre o associativismo e o poder definem uma "zona de confluência" onde desembocam três realidades relacionadas entre si, mas analiticamente separáveis: as relações de poder entre os agentes associados, as formas de representação dos interesses colectivos desses agentes e a forma como esses interesses são penetrados pelas dinâmicas mais alargadas que as organizações do poder representam. Essa zona de confluência pode ser representada como consta da Figura 2.¹⁵

É no cruzamento das relações que constituem todo o sistema que o associativismo popular no seio de uma população pobre, pode constituir um poderoso instrumento (e, nalguma medida, também um fim) de desenvolvimento e combate à pobreza.

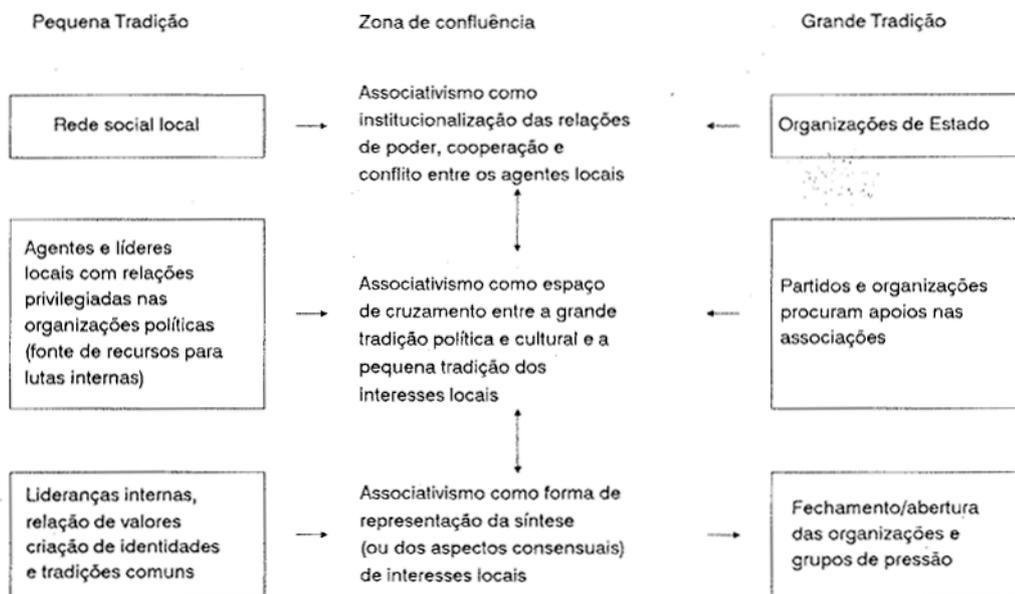


Figura 2

Notas

- 1 O conceito de "contentor institucional de pobreza" aparece definido, pela primeira vez, num estudo sobre a pobreza em Portugal encomendado pelo II PELCP, da responsabilidade de João Ferreira de Almeida e de cuja equipa o autor deste artigo fez parte. Os resultados ainda não se encontram publicados.
- 2 A "Pobreza" é uma noção que, quando utilizada na linguagem científica, assume o carácter de um conceito polisémico, muitas vezes vago e impreciso, de contornos mal definidos. Sabe-se que é multidimensional e multi-facetado mas, geralmente, o seu uso fica reduzido à dimensão económica, embora nos últimos anos se tenha vindo a fazer um esforço de delimitação mais ampla e abrangente que, contudo, apenas chegou a pouco mais do que designar uma noção de marginalização social e cultural. As obras principais de autores portugueses sobre o conceito são: Manuela Silva et al., *A pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas, 1985 e A. Bruto da Costa, "Conceito de Pobreza", *Estudos de Economia*, vol. IV nº3, 1984 (pp. 275 - 295). Uma análise mais exaustiva das obras publicadas sobre o conceito em Portugal e no estrangeiro está a ser realizada no âmbito do projecto referido acima.
- 3 Um estudo aprofundado das características sociológicas da população, dos seus modos de vida, e dos problemas do bairro, pode ser proporcionado pela leitura do "documento de caracterização" do bairro e do "relatório da avaliação = Março 89" cujas principais conclusões serão publicadas noutra ocasião, e que se encontram à disposição na delegação de Vila Franca de Xira do CRSSL.
- 4 As "áreas de acção" do projecto são a Gestão Social (condomínios, obras nos prédios, construção de um parque de jogos, jardins, ocupação do centro de convívio); Plano de Apoio às Famílias mais Carenciadas; Atendimento de Tempos Livres (ATL); Associação de Jovens; Organização Formal da População (Associação de Moradores, Comissão de Mães); Escola; Plano de Saúde; Formação Profissional; Atendimento na Segurança Social; Festas e Semanas Culturais; Divulgação. Participam no projecto, além do Centro Regional de Segurança Social, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, o Centro de Saúde, a Delegação Escolar, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a DGAE e o CIES/ISCIE.
- 5 Cf. Peter Hall, "Interaccionism and the study of social organisation", *The Sociological Quarterly*, vol.28, nº1, 1987 (pp. 1-22).
- 6 Cf. Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.
- 7 Na linguagem de Peter Hall e do interaccionismo simbólico.
- 8 Na linguagem de Bourdieu. Cf Pierre Bourdieu, *La distinction-Critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit, 1979, *Le sens pratique*, Paris, Editions de Minuit, 1980 e *Choses dites*, Paris, Editions de Minuit, 1987.
- 9 Cf. Peter Berger, *Perspectivas Sociológicas*, Petrópolis, Vozes, 1986, Peter Berger e Thomas Lickmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1985 e Anthony Giddens, op. cit.
- 10 Cf. Pierre Bourdieu, *Choses dites*, pp 178 e seguintes e *Questions de Sociologie*, pp 207-222.
- 11 José Manuel Leite Viegas, "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº1, 1986, pp. 109 ss.
- 12 Retomando a expressão utilizada por José Manuel Leite Viegas (op. cit.)
- 13 Veja-se, por exemplo, a relação entre os presidentes da Câmara e as associações locais, no artigo de Juan Mozzicafreddo, Isabel Guerra, Margarida Fernandes e João Quintela, "Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº6, 1989.
- 14 Cf. Michel de Certeau, *L'invention du quotidien - I Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.
- 15 Esta figura, para além de procurar sintetizar o que foi dito nos três pontos anteriores, será objecto de comentários específicos num outro trabalho, que se encontra em preparação.